

A dívida não deve ser paga, diz economista

RIO
AGÊNCIA ESTADO

O economista João Paulo de Almeida Magalhães disse ontem no Rio que o presidente Sarney, para salvar o Plano Cruzado, terá que deixar unilateralmente de pagar a dívida externa e utilizar os US\$ 12 bilhões que são enviados anualmente como pagamento de juros para investir na estrutura produtiva e adotar um esquema de importações que diminua as pressões inflacionárias.

Na sua opinião, assim procedendo Sarney não somente se transformaria num líder internacional do Terceiro Mundo como daria condições de trabalho para sua equipe econômica resolver os graves problemas da economia brasileira. A seu ver, essa decisão tem de ser unilateral e não causará traumas maiores porque a comunidade financeira internacional está preparada para uma contingência dessa natureza e o Brasil não precisa de dinheiro novo no momento, podendo suportar as pressões de curto prazo com suas reservas cambiais e com o superávit comercial.

Segundo João Paulo de Almeida Magalhães, caso não seja resolvido o problema da dívida externa, todas as demais soluções serão transitórias, de efeito duvidoso e de complexo preço político. Para ele, o Plano Cruzado para dar certo deveria manter no mesmo nível médio da renda todos os setores, como salários, aluguéis e rendimentos de capital. Como isso é praticamente impossível, e a opção foi por uma recuperação real dos salários que estavam defasados, gerou-se uma excitação de demanda, com perigosa pressão inflacionária.

A estrutura produtiva brasileira — disse — sempre esteve voltada para os tradicionais consumidores do mercado interno e para o mercado externo. Como o Plano Cruzado trouxe um ganho real de salário e incorporou novas faixas de consumidores que a estrutura produtiva não estava preparada para atender, essa demanda adicional está gerando o ágio e a pressão inflacionária.

“Nessa conjuntura — acrescentou — não vejo saída fácil para a economia brasileira, a não ser deixar de pagar os US\$ 12 bilhões de juros da dívida externa”. Com esses recursos, o governo poderia investir para aumentar a capacidade de produção e atender essa demanda crescente, como também conter as pressões inflacionárias com a importação seletiva por setores que já atingiram 100% de sua capacidade e estão cobrando ágio.